

Argentina evitou o pior até o pleito

Maurício Cardoso
(Correspondente)

BUENOS AIRES — Quando lançaram o Plano Primavera, em agosto do ano passado, os economistas do governo argentino levavam uma esperança e um medo na cabeça. A esperança era de que o plano fosse eficaz durante nove meses e sustentasse a economia em equilíbrio pelo menos até a eleição presidencial. O medo era de que o plano falhasse e seu componente cambial, altamente explosivo, detonasse o processo hiperinflacionário.

A esperança morreu antes do previsto. Em fevereiro, o esquema cambial entrou em colapso; em março, caiu o ministro Juan Vital Sourrouille, autor intelectual do plano; em abril, a inflação entrou em ritmo mais acelerado e, em maio, o governo sofreu a mais retumbante derrota eleitoral dos novos tempos democráticos no país. Os saques e a explosão das tensões sociais demoraram um pouco mais, mas também chegaram dez dias depois da eleição de Menem para presidente dos argentinos.

“A crise econômica teve uma influência clara no resultado eleitoral”, diz o sociólogo Andrés Thompson, do Grupo de Análise do Desenvolvimento Institucional e Social (Gadis). “Mas o inverso também aconteceu, com as expectativas eleitorais agindo fortemente para conter as tensões sociais”. Neste sentido, o papel da Confederação Geral do Trabalho (CGT), a poderosa central sindical controlada pelo peronismo, teve um papel preponderante, atuando com moderação em suas reivindicações para não perturbar a campanha de Carlos Menem.

Populista — O candidato peronista acabou vitorioso, com seu discurso populista e promessas de dar pão e trabalho a todos. “As tensões sociais acabariam explodindo em uma camada abaixo da classe trabalhadora e, portanto, fora do controle sindical e do alcance da mensagem de Menem” diz Thompson. A hiperinflação mostrou sua cara mais feia, através dos saques, duas semanas depois da vitória de Menem. Não foi uma explosão como o Caracazo, que convulsionou a capital venezuelana durante dois dias infernais



Saques começaram duas semanas após vitória de Menem

e espalhou três centenas de cadáveres em suas largas avenidas.

A explosão na Argentina irrompia um dia num lugar, outro dia em outro e poderia se chamar Cordobazo, Rosario e San Miguelazo, seus endereços mais agitados. O poder central também agiu rapidamente para reprimir os focos de maior ebulição, ocupando militarmente a cidade de Rosario, epicentro das depredações mais violentas, e decretando o estado de sítio no início da convulsão. No campo político, o governo acabou também elegendo um bode expiatório: o Partido Operário, de presença insignificante no cenário nacional, acabou pagando parte da fatura do desastre econômico. A imagem de Jorge Altamira, presidente do PO, descendo as escadas da Casa Rosada, arrastado por uma patrulha policial, era tão contundente quanto a dos meninos e mulheres famintas saqueando supermercados na Grande Buenos Aires.

A economista Nuria Susmel, da Fundação de Investigações Econômicas Latino-americanas (Fiel), faz um paralelo entre a convulsão social e o cronograma do crescimento da inflação e a perda do poder aquisitivo dos salários. Em abril, quando a aceleração inflacionária reduziu o alcance do salário para apenas uma quinzena de consumo, o governo mandou que se pagasse a metade do 13º salário antecipadamente. Os cálculos da Fiel indicam que os salários haviam perdido quase 40% de seu poder de compra nesta época. “A situação de penúria não está solucionada e novas explosões podem acontecer a qualquer momento”, diz o governador da província de Buenos Aires, Antonio Cafiero, que

comandou uma grande operação de distribuição de alimentos para driblar a crise.

Comida — Calcula-se que existam hoje 2 mil “panelões populares”, que distribuem comida para 1,5 milhão de pessoas em todo o país. Estas operações de salvamento começaram no mesmo momento dos saques. Muitos comerciantes preferiram distribuir seus estoques, diante da ameaça dos saqueadores. Mais do que solidariedade, funcionou o medo de perder as instalações, além das mercadorias.

Hoje a solidariedade aparece mais espontânea. O custo dos “panelões” deve estar em torno dos US\$ 150 mil diários e fica por conta dos cofres públicos e também da colaboração do setor privado. A fábrica de hamburger Patty, por exemplo, distribui diariamente seus produtos para os vizinhos. O mesmo está fazendo a Alpargatas. E a aristocrática Sociedade Rural está distribuindo carne para a população.

Entidades de defesa dos direitos humanos, a CGT e organizações civis de variadas tendências e finalidades, estão igualmente comprometidas em arrecadar fundos para alimentar os mais necessitados. O Gadis, que coordena 35 grupos de ajuda, está também buscando auxílio no exterior. “Aconteceu com a fome o mesmo que aconteceu com os desaparecidos”, diz Andrés Thompson. “De repente, as pessoas descobriram que coisas terríveis estavam passando muito perto delas, sem que se dessem conta.” O susto causado pela tortura no fim da ditadura repetiu-se agora com a fome trazida pela crise da hiperinflação.